

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1810)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Matheus Matos Estrela

**MISSÕES DE PAZ DO BRASIL JUNTO A ONU: BREVE ANÁLISE DE SUA
ATUAÇÃO**

Resende

2019

Matheus Matos Estrela

MISSÕES DE PAZ DO BRASIL JUNTO A ONU: BREVE ANÁLISE DE SUA ATUAÇÃO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares.**

Orientador: Cel Anvalgleber Souza Linhares

Resende

2019

Matheus Matos Estrela

MISSÕES DE PAZ DO BRASIL JUNTO A ONU: BREVE ANÁLISE DE SUA ATUAÇÃO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em _____ de _____ de 2019.

Banca examinadora:

Cel Anvalgleber Souza Linhares

(Presidente/Orientador)

Resende

2019

Dedico este trabalho a todos que acreditam na missão do Exército Brasileiro e vê na instituição, a verdadeira esperança para a nação, tanto na atuação nacional quanto na internacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos meus familiares, amigos e as pessoas que, de qualquer forma, me ajudaram chegar até aqui e contribuíram para o sucesso da minha formação. Agradeço também ao orientador que sempre demonstrou total simpatia em querer ajudar e total disposição para qualquer dúvida.

RESUMO

MISSÕES DE PAZ DO BRASIL JUNTO A ONU: BREVE ANÁLISE DE SUA ATUAÇÃO

AUTOR: Matheus Matos Estrela

ORIENTADOR: Cel Anvalgleber Souza Linhares

Este trabalho diz respeito à atuação do Brasil junto a ONU. Após uma apreciação do histórico da Organização das Nações Unidas (ONU), com seu nascimento no pós Segunda Guerra Mundial, buscou-se, igualmente, historiar a atuação da ONU em prol da paz entre as nações. Por fim, analisou-se a atuação do país, por meio de seus militares, nas missões de paz das Nações Unidas, destacando-se a MINUSTAH, no Haiti, pela sua relevância.

Palavras-chave: Missões de paz da ONU. Brasil nas missões de paz da ONU.

ABSTRACT

BRAZIL'S PEACE MISSIONS TO THE UN: BRIEF ANALYSIS OF ITS ACTION

AUTHOR: Matheus Matos Estrela

ORIENTER: Cel Anvalgleber Souza Linhares

This work concerns the work of Brazil at the UN, and a study was carried out on MINUSTAH in Haiti, a contingent that deserves to be highlighted due to the great success, among other actions of the country in missions related to the UN.

Keywords: Peace missions. Brazil. Analysis. Haiti. Peace.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	10
2.1 Método de pesquisa	10
2.2 Tio de pesquisa	10
2.3 Etapas de pesquisa	10
3 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)	11
3.1 A Carta das Nações Unidas	13
3.2 Classificação das Operações de Paz	15
3.3 Histórico da atuação da ONU em prol da paz entre as nações	16
4 MISSÕES DE PAZ DO BRASIL JUNTO A ONU	17
4.1 A participação do Brasil nas missões de paz da ONU	17
4.2 Minustah: um caso de sucesso	18
4.2.1 <i>Como se deu a Minustah</i>	18
4.2.2 <i>O Haiti após a retirada da Minustah</i>	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30
ANEXO 1: HISTÓRICO DAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU	32
ANEXO 2: FIM DA MINUSTAH	37

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da defesa (2016), desde a sua criação em 1945, as Nações Unidas autorizaram mais de 70 missões de paz. Além disso, organizações regionais, como a União Africana e a União Europeia, conduziram suas próprias operações de paz, mais de 65 missões entre 1946 e 2016.

O número de países que contribuem para as operações de paz da ONU, apenas 45 após o fim da Guerra Fria, atingiu quase 120 no período contemporâneo; o número de "Capacetes Azuis", ou tropas de manutenção da paz, aumentou de 10.000 para quase 100.000 globalmente.

Segundo registros da ONU, desde 1948, o Brasil participou de mais de 30 operações de manutenção de paz, enviando mais de 24 mil homens para manter a paz entre as nações. Foi integrante de operações na América Latina e Caribe (El Salvador, Nicarágua, Guatemala e Haiti), na África (República Democrática do Congo, Moçambique, Uganda, Angola, Libéria, República Centro Africana, Sudão, entre outras), na Ásia (Timor-Leste e Camboja) e na Europa (Croácia e Chipre). Atualmente, o Brasil também lidera operações envolvendo oficiais de outras nações, como Bangladesh, Alemanha, Grécia, Indonésia e Turquia.

Este o tema que norteou a pesquisa e o seu resultado, no presente trabalho: as missões de paz do Brasil junto da ONU.

O problema orientador, indutor do conhecimento auferido ao longo da pesquisa foi: Como se deu a atuação do Brasil nas missões de paz da ONU das quais participou?

Dessa questão inicial estabeleceu-se, adredemente, os objetivos, geral e específicos, norteadores da pesquisa que se sucedeu, e que são, conforme estão, sucessivamente, dispostos:

- Avaliar a atuação do Brasil na composição das forças de paz da ONU;
- Estudar o histórico da organização das Nações Unidas;
- Estudar as missões de paz nas quais o Brasil participou como efetivos militares;
- Analisar a atuação do Brasil nas missões de paz da ONU, destacando-se as que pela sua importância tivera mais relevância.

A dimensão do tema para o Brasil e a singularidade dessa espécie de missões militar demonstram a importância do tema, merecendo uma análise do Brasil nas missões de paz da ONU.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Método de Pesquisa

O procedimento metodológico utilizado ao longo da pesquisa que resultou o presente trabalho monográfico foi o dedutivo.

3.2 Tipo de pesquisa

A tipo de pesquisa utilizada foi a mista, eis que mais adequada à obtenção do resultado esperado ao termo da mesma, assim como foi empregado o fichamento bibliográfico para a coleta dos dados necessários ao desenvolvimento do tema.

3.3 Etapas da pesquisa

Ao serem estabelecidas as bases práticas para a pesquisa, procurou-se garantir a execução da pesquisa seguindo o cronograma proposto no projeto respectivo, que visou, sequencialmente, os objetivos específicos inicialmente levantados.

3 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A fim de promover a cooperação entre as nações foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), no pós Segunda Guerra Mundial, substituindo a Liga das Nações, a qual acabou não sendo eficiente por sua instabilidade e falta de poderio bélico militar. Seu escopo maior foi o de impedir o acontecimento de outro conflito semelhante.

Brasil (2006, p. 13) relata sobre a criação da ONU e realiza breve explicação sobre a extinção da Liga das Nações:

A ONU, criada em 1945, teve como antecessora a Liga das Nações. O estabelecimento dessa Liga foi uma consequência da Conferência de Paris realizada no período de 18/01 a 28/04/1919, com representantes de 27 países, entre eles o Brasil, onde foi selada a paz com a Alemanha por ocasião do fim da Primeira Guerra Mundial. O Pacto da Liga das Nações, decorrente dessa Conferência, entrou em vigor no dia 10 de janeiro de 1920. A Liga das Nações funcionou em um período em que a maioria dos atuais países estava sob o domínio colonial e sem o poder de voto. Uma das principais causas do seu fracasso resultou de sua inserção num tratado de paz julgado injusto para os derrotados, e profundamente benéfico para os vencedores. Além disso, não pregava a harmonia mundial, pois, até 1926, os países derrotados estiveram proibidos dela participar. Muitas das principais potências não participaram das atividades da Liga. Os Estados Unidos sequer chegaram a ser membro e quando, em 1934, a União Soviética fez seu ingresso, o Brasil, a Alemanha e o Japão já haviam se retirado.

Desta forma, a criação da Organização das Nações Unidas, instituição que se destina a manter a paz e segurança internacional, ganhou responsabilidade de evitar violentos abusos aos direitos humanos, genocídio, grandes massas populacionais em deslocamento, crises humanitárias, conflitos armados etc. que desafiam a sua capacidade de contribuir para a estabilização do sistema internacional.

Segundo Fontoura (2005), ao longo das décadas, a ONU ajudou a pôr fim a inúmeros conflitos, muitas vezes, através de ações do Conselho de Segurança, o órgão com responsabilidade primária, sob a Carta das Nações Unidas, para a manutenção da paz e segurança internacionais. Quando uma queixa relativa a uma ameaça à paz é trazida diante dela, a primeira ação do Conselho é geralmente recomendar às partes que tentem chegar a um acordo por meios pacíficos. Em alguns casos, o próprio Conselho realiza investigação e mediação. Pode nomear representantes especiais ou solicitar ao Secretário-Geral que o faça ou usar seus bons ofícios. Pode estabelecer princípios para um acordo pacífico.

Quando uma disputa leva ao combate, a primeira preocupação do Conselho é sustá-lo o mais rápido possível. Em muitas ocasiões, o Conselho emitiu diretrizes de cessar-fogo que têm sido fundamentais na prevenção de hostilidades mais amplas. Também implementa operações de manutenção da paz das Nações Unidas para ajudar a reduzir as tensões em áreas problemáticas, manter forças opostas separadas e criar condições para uma paz sustentável após as conversações terem sido alcançadas; pode decidir sobre medidas de execução, sanções econômicas (como embargos comerciais) ou ação militar coletiva. (FONTOURA, 2005).

As principais estratégias para evitar que as disputas se transformem em conflitos e para prevenir a recorrência desses conflitos são a diplomacia preventiva e o desarmamento preventivo. Diplomacia preventiva refere-se a medidas tomadas para evitar que conflitos surjam ou se transformem em conflitos e limitem a disseminação de conflitos quando eles ocorrem. Pode assumir a forma de mediação, conciliação ou negociação. (FONTOURA, 2005).

O alerta precoce é um componente essencial da prevenção, e as Nações Unidas acompanham cuidadosamente os acontecimentos em todo o mundo para detectar ameaças à paz e à segurança internacionais, permitindo assim que o Conselho de Segurança e o Secretário-Geral realizem ações preventivas. Enviados e representantes especiais do Secretário-Geral estão envolvidos em mediação e diplomacia preventiva em todo o mundo. Em alguns pontos problemáticos, a mera presença de um enviado experiente pode impedir o aumento da tensão. Este trabalho é frequentemente realizado em cooperação com organizações regionais (FONTOURA, 2005).

Complementar a diplomacia preventiva é o desarmamento preventivo, que busca reduzir o número de armas pequenas em regiões propensas a conflitos. Em El Salvador, Libéria, Serra Leoa, Timor-Leste e outros lugares, isto implicou a desmobilização de forças de combate, assim como a coleta e destruição de suas armas como parte de um acordo geral de paz. Destruir as armas de ontem impede que elas sejam usadas nas guerras de amanhã. (FONTOURA, 2005).

A prevenção requer a atribuição de responsabilidade e a promoção da colaboração entre os Estados envolvidos e a comunidade internacional. O dever de prevenir e deter o genocídio e as atrocidades em massa cabe, em primeiro lugar, ao Estado, mas a comunidade internacional tem um papel que não pode ser bloqueado pela invocação da soberania. A soberania não protege mais exclusivamente os

Estados da interferência estrangeira; também é uma imputação de responsabilidade, em que os Estados são responsáveis pelo bem-estar de seu povo. Este princípio está consagrado no artigo 1 da Convenção sobre o Genocídio e consagrado no princípio da “soberania como responsabilidade” e no conceito da “responsabilidade de proteger”. (FONTOURA, 2005).

O Conselheiro Especial para a Prevenção do Genocídio age como um catalisador para aumentar a conscientização sobre as causas e a dinâmica do genocídio, para alertar os atores relevantes onde há risco de genocídio e para defender e mobilizar ações apropriadas. O Consultor Especial lidera o desenvolvimento conceitual, político, institucional e operacional da “responsabilidade de proteger”. Os esforços de seu Escritório incluem alertar os atores relevantes para o risco de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade, aumentando a capacidade das Nações Unidas para prevenir esses crimes, incluindo seu incitamento. (FONTOURA, 2005).

3.1 A Carta das Nações Unidas

Segundo Oliveira (2013, p. 54), a Carta das Nações Unidas, estabelecida em 24 de outubro de 1945, “firmou o funcionamento da Organização das Nações Unidas com 50 membros. A carta, também vista como um acordo, é a entidade máxima da discussão do direito internacional e fórum de relações supranacionais”.

Essa Carta determinou que, após a Segunda Guerra Mundial, a ordem internacional seria baseada na cooperação contínua entre as principais potências aliadas: China, Estados Unidos, França, o Reino Unido e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (hoje Rússia). Desta forma, ficou estabelecido que ao ser identificado conflito onde os participantes não pudessem resolver pacificamente, essas potências, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, de forma conjunta, tomariam atitudes para evitar a guerra. (OLIVEIRA, 2013).

De forma mais específica, os capítulos VI, VII e VIII da Carta da ONU abordam instruções específicas para a solução de conflitos internacionais, ameaças à paz, perturbações de paz e atos de agressão, incluindo ações que orientam partes envolvidas e adoção de medidas para a solução pacífica de disputas locais.

Capítulo VI da Carta da ONU - O Capítulo VI se refere à “Solução Pacífica de Controvérsias”. Este Capítulo prevê que controvérsias entre Partes que possam vir a se constituir em ameaças à paz e à segurança internacionais podem ser trazidas à consideração do Conselho de Segurança (CS), que possui mandato expreso para: determinar aos litigantes que cessem as divergências por meios pacíficos; recomendar métodos adequados de procedimentos ou de ajustamentos e, além disso, recomendar as condições para a cessação da disputa. No contexto deste Capítulo, a ação do CS é limitada a recomendações às partes envolvidas, devendo estas conseguir o estabelecimento de um entendimento por elas mesmas, agindo de forma voluntária no atendimento ao CS.

Capítulo VII da Carta da ONU - O Capítulo VII estabelece as condições de atuação da Organização no caso de “Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão”. É essencialmente coercitivo e prevê que quando o CS considera a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura de paz ou ato de agressão, fará recomendações ou decidirá por medidas repressivas, incluindo o emprego de Força Armada, com vistas à manutenção ou restabelecimento da paz e da segurança internacionais.

Capítulo VIII da Carta da ONU - O Capítulo VIII enfatiza a adoção de medidas de caráter regional para a solução pacífica de disputas antes de submetê-las ao CS. Quando apropriado, o CS pode empregar Organismos Regionais para ações de imposição da paz sob sua autoridade (BRASIL, 2013, p. 2-1).

Para Brasil (2013), as operações Paz não estão enquadradas, necessariamente, em nenhum dispositivo da Carta das Nações Unidas. Salaria que não é imprescindível um dispositivo específico na Carta para que a ONU venha interferir por meio das operações de paz, pois deve agir orientada por seus direitos e deveres com o intuito principal de realizar a segurança internacional e a manutenção da paz.

Brasil (2013, p. 21), ainda embasado nos conceitos da Carta das Nações Unidas, orienta:

Deve-se ter sempre em mente que nas OP, as Forças participantes, ao invés de estarem direcionadas para ações de combate, estarão empenhadas em outro tipo de tarefa, para a qual exige-se uma postura imparcial para o sucesso da missão, não reconhecendo as partes envolvidas como inimigas, mas sim como entidades interessadas na busca da paz. Entretanto, não pode ser descartada a hipótese de o conflito vir a sofrer escalada, obrigando essa força a entrar em combate. Assim, o planejador da participação em uma operação de paz deve levar sempre em consideração os princípios orientadores das operações militares em uma situação de guerra.

Como se vê, a imparcialidade da tropa em emprego, mesmo em missões de paz, não prescinde da atenção operacional que qualquer missão de combate impõe.

3.2 Classificação das Operações de Paz da ONU

Segundo Oliveira (2013), em Junho de 1992, o Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, apresentou o “Uma Agenda para a Paz”, documento que classificou as atividades desenvolvidas pelas Nações Unidas no campo da segurança e da paz, em cinco categorias: diplomacia preventiva, promoção da paz, manutenção da paz, consolidação da paz e imposição da paz.

A seguir, Fontoura (2005, p.33) apresenta a definição e comenta cada uma dessas categorias:

Diplomacia preventiva (*preventive diplomacy*): Compreende as atividades destinadas a prevenir o surgimento de disputas entre as partes, a evitar que as disputas existentes degenerem em conflitos armados, e a impedir que estes, uma vez eclodidos, se alastrem. Contempla as diferentes modalidades de atuação mencionadas no capítulo VI da Carta das Nações Unidas (solução pacífica das controvérsias) e outras que venham a ser acordadas entre os interessados, tal como a iniciativa inovadora de emprego preventivo de tropas por parte da ONU na ex-República Iugoslava da Macedônia. Alguns autores preferem diferenciar entre a diplomacia preventiva propriamente dita e o emprego preventivo de tropas (chamado de *preventive deployment*), pois a primeira seria uma ação consentida sem uso da força, enquanto o desdobramento preventivo de tropas seria uma ação consentida com uso da força.

Promoção da paz (*peacemaking*): Designa as ações diplomáticas posteriores ao início do conflito, para levar as partes litigantes a suspender as hostilidades e a negociarem. As ações de promoção da paz baseiam-se nos meios de solução pacífica de controvérsias previstos no capítulo VI da Carta das Nações Unidas, os quais podem incluir, em casos extremos, dependendo do mandato dos mediadores, o isolamento diplomático e a imposição de sanções, adentrando então nas ações coercitivas previstas no capítulo VII.

Manutenção da paz (*peacekeeping*): Trata das atividades levadas a cabo no terreno com o consentimento das partes em conflito, por militares, policiais e civis, para implementar ou monitorar a execução de arranjos relativos ao controle de conflitos (cessar-fogo, separação de forças etc.) e sua solução (acordos de paz abrangentes ou parciais), em complemento aos esforços políticos realizados para encontrar uma solução pacífica e duradoura para o conflito. Nos anos 90, essas operações passaram a ser utilizadas, mormente, em contendas de natureza interna, caracterizadas, muitas vezes, por uma proliferação de atores ou pela falta de autoridade no local. Nessas circunstâncias, questiona-se o recurso indiscriminado às operações de manutenção da paz, visto que a situação volátil que enfrentam no terreno exige cada vez mais que os integrantes disponham de armas para fazer cumprir o seu mandato e mesmo para autodefesa.

Consolidação da paz (*post-conflict peace-building*): Refere-se às iniciativas executadas na sequência da assinatura de um acordo de paz, visando a fortalecer o processo de reconciliação nacional por meio de implementação de projetos destinados a recompor as estruturas institucionais, a recuperar a infraestrutura física e a ajudar na retomada da atividade econômica. Essas ações, voltadas basicamente para o desenvolvimento econômico e social do país anfitrião, são empreendidas preferencialmente por outros órgãos das

Nações Unidas, mas, dependendo das dificuldades no terreno, podem requerer a atuação militar.

Imposição da paz (*peace-enforcement*): Corresponde às ações adotadas ao abrigo do capítulo VII da Carta, incluindo o uso de força armada para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais em situações nas quais o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tenha determinado a existência de uma ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. Nesses casos, o CSNU tem delegado a coalizões de países ou organizações regionais e sub-regionais a execução, mas não a condução política do mandato de intervenção. Muitos autores vêm criticando a abrangência dessa categoria, que estaria abarcando, por exemplo, as intervenções em cenários de desastres humanitários, que mereceriam uma classificação à parte.” (grifo nosso)

Embora perfeitamente delimitadas as espécies de missões de paz, seus limites não são absolutamente herméticos.

3.3 Histórico da atuação da ONU em prol da paz entre as nações

Criada após três anos do fim da 2ª Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas começou a demonstrar seu desejo de paz entre as nações, não objetivando eliminar exércitos inimigos ou conquistar territórios, mas sim buscando proteger vidas. Durante sua atuação na manutenção da paz, existiram diversos sucessos em operações, como intermediador entre Israel e Egito, no Líbano e também no Lêmen, fazendo seus boinas azuis receberem o Prêmio Nobel da Paz, em 1988. Por outro lado, também, existiram grandes fracassos, como em 1993, quando não se conseguiu proteger a Somália da fome e da guerra civil. Outro grande revés foi o episódio do massacre, em Srebrenica, em 1995, onde as forças sérvias mataram cerca de 8 mil muçumanos bósnios.

Pelo histórico – ANEXO 1: HISTÓRICO DAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU – é possível notar que a quantidade de sucessos supera, em muito, os fracassos, dando grande credibilidade à instituição. Ao todo, as Nações Unidas autorizaram 59 missões de manutenção da paz, dando início na década de 1940, com a UN Truce Supervision Organization (UNTSO) e terminando em 2005, com a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS). No anexo supra referido, a relação dessas missões, com o respectivo ano, nome, objetivo e se está em andamento ou não:

4 MISSÕES DE PAZ DO BRASIL JUNTO À AONU

O Brasil fez parte da força de pacificação no Haiti, por meio da Operação de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), respaldada pelos capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas.

Mello (2017, p. 34) define o tipo de operação em que o Brasil integrou: “Segundo a doutrina desenvolvida pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), da ONU, a MINUSTAH é considerada uma operação de manutenção da paz multidimensional e complexa”.

De acordo com Brasil (2013), as Nações Unidas impõem três condições básicas para estabelecer uma operação de manutenção da paz. A primeira é que os participantes do conflito consentam. A segunda é que a operação esteja respaldada por uma Resolução do Conselho de Segurança e que tenha um significativo apoio da comunidade internacional. A terceira é que Estados-Membros da ONU se disponham voluntariamente para integrar a missão com contingentes de seus países.

Em junho de 2004, a MINUSTAH foi estabelecida pelo Conselho de Segurança da ONU para operar no Haiti, pois ficou determinado que a situação do deste país naquela época constituía ameaça para a paz internacional e a segurança na região (OLIVEIRA, 2013).

4.1 A participação do Brasil nas missões de paz da ONU

Segundo Oliveira (2013), a participação do Brasil em operações de paz da ONU data de 1956, quando o país enviou um batalhão de infantaria para a primeira força de emergência da ONU (UNEF I) na Península do Sinai. Nos anos seguintes, o Brasil fez parte das missões no Congo (ONUC), na Guiné Ocidental (UNSF), no Chipre (UNFICYP), na República Dominicana (DOMREP) e na Índia-Paquistão (UNIPOM). Atuou em seis dos dez países onde a ONU manteve operações de manutenção da paz, entre 1948 e 1972. Com exceção do grande UNEF I contingente, o envolvimento do brasileiro na manutenção da paz durante este período pode ser classificado como regular e limitado em termos numéricos de efetivo.

Entre 1990 e 2002, o Brasil participou de 42 das 203 então estabelecidas operações de manutenção da paz da ONU, principalmente de segunda geração. Além disso, durante este período, brasileiros lideraram o contingente do observador militar na UNAVEM (liderado por Péricles Ferreira Gomes, 1991) e as tropas do contingente em ONUMOZ (Lélio Gonçalves da Silva, 1993-94), ao mesmo tempo, assumindo o papel de representante especial do secretário-geral e gerente de transição da UNTAET (Sérgio Vieira de Mello) e líder das Forças Armadas da UNTAET contingente (Sérgio Rosário) (OLIVEIRA, 2013).

Sua decisão de se juntar à Força Internacional para Timor Leste (INTERFET) em 1999 e à Missão da ONU de Apoio ao Oriente Timor (UNMISSET), em 2002, assinalou uma primeira ruptura com a tradição de política externa do Brasil de não intervenção, que foi significativamente aprofundada com a participação do país na MINUSTAH. Com exceção da UNEF I, UNOMOZ, UNAVEM e UNTAET, contribuições durante este período permaneceram em nível de menos de 100 pessoas destacadas e consistia principalmente em observadores militares e oficiais civis. As tropas brasileiras estavam envolvidas em papéis de não-combatentes, assistência médica, de acordo com as regras limitadas de engajamento das operações do Capítulo VI da ONU (OLIVEIRA, 2013).

4.2 MINUSTAH: um caso de sucesso

4.2.1 Como se deu a Minustah

De acordo com Brasil (2013), o programa de preparo específico para tropa designada para uma operação de manutenção da paz, é orientado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) e executado pelo Comando Militar de Área das Organizações Militares designadas.

A Diretriz de Instrução confeccionada pelo COTER regula o preparo do Batalhão de Infantaria de Força de Paz. Esse documento é realizado para cada contingente que segue para a MINUSTAH, salientando orientações sobre o que for necessário para o cumprimento da missão da Organização Militar (BRASIL, 2013).

Figura 1 - MINUSTAH



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2019)

De acordo com Nunes (2015), o Centro Conjunto de Operações do Brasil (CCOPAB), inicialmente denominado como Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), promove estágios e cursos específicos com o fim de proporcionar à líderes juniores, como sargentos e tenentes, as condições necessárias para tomar e implementar decisões, enfrentar riscos e atingir os objetivos planejados.

Por meio dessa estrutura, cresce a importância de se preparar uma fração de forma específica, conforme a alusão à MINUSTAH – hoje encerrada – a seguir:

O Exército vem sendo empregado com certa frequência, nas últimas duas décadas, em operações de paz da ONU. Atualmente, um efetivo de mais de 2000 homens da Força Terrestre (F Ter) participa da MINUSTAH. O ambiente operacional no Haiti é complexo, exigindo a coordenação com os atores civis. Desse modo, há uma necessidade de preparação específica dos militares brasileiros, de modo a capacitá-los a atuar eficazmente nesse tipo de cenário e a interagir com esses atores. (CRUZ, 2010, p 31).

Segundo Mello (2017), o treinamento compreendeu um conjunto de atividades sistemáticas que foram conduzidas por um Grande Comando ou Organização Militar específica. O preparo do Batalhão foi sendo conduzido pelos Comandos Militares de

Área, em sistema de rodízio, com o auxílio do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, além de outros órgãos.

Em um período de seis meses, as frações foram submetidas a um intenso ciclo de atividades e de instruções conforme o que é normatizado nos planejamentos do Exército Brasileiro e da ONU. A preparação da tropa foi dividida em três fases: as medidas preliminares de preparação, a preparação descentralizada e a preparação centralizada. (MELLO, 2017).

Figura 2 – Treinamento dos militares da MINUSTAH



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2019)

As medidas preliminares de preparação abrangiam os procedimentos padronizados para o planejamento das atividades operacionais e logísticas que seriam desenvolvidas ao longo de todo o preparo. Esta fase teve início com a Reunião Inicial do Planejamento do Preparo (MELLO, 2017).

A preparação descentralizada se iniciou com a realização dos Estágios de Comandantes de OM e Estado-Maior (EPCOEM) e Estágio de preparação de Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCOSUPEL), ambos no CCOPAB.

Após a realização dos estágios, a orientação, a coordenação e a fiscalização do Comando de Operações Terrestres (COTER) desenvolveram-se sob a

responsabilidade dos Comandantes das OM selecionadas. Durante esta fase da preparação eram exploradas a Instrução Operacional, a Instrução Peculiar e a Instrução Técnica e, simultaneamente, era realizado o reconhecimento no país apoiado. (MELLO, 2017).

Por último, a preparação centralizada era feita de acordo com a possibilidade de concentração da tropa. Ela visava à integração dos militares provenientes das diversas Organizações Militares envolvidas, ao nivelamento das instruções ministradas nas fases anteriores, à formação do espírito de corpo e à adoção das medidas administrativas finais que antecederiam a partida da tropa. Ao final dessa fase era realizado o Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), o qual coroava a preparação do Batalhão que embarcaria para o Haiti. O Exercício era coordenado pelo Gerente do Preparo, com o apoio do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. (BRASIL, 2013).

Cavalcanti (2011, p.4), em seu artigo científico sobre 10 anos de MINUSTAH, sintetiza:

O CCOPAB atualmente possui uma estrutura que procura atender, da melhor forma possível, aos requisitos de preparo pra que contingentes de tropa e indivíduos atuem de forma integrada com culturas organizacionais díspares no enfrentamento de complexas situações de crise.

Segundo Lessa (2007), há muito tempo que o Brasil vem participando das operações de manutenção da paz da ONU, tanto pela inserção de tropas militares levemente armadas, civis e policiais nas áreas em conflito, como no envio de observadores militares desarmados. De acordo com o que consta no site do Exército Brasileiro, desde 1947, quando o Exército contribuiu com observadores militares para a Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB), o país já participou de mais de trinta operações de paz, no continente americano, africano, europeu e asiático, totalizando um efetivo de cerca de treze mil homens.

A participação do Exército Brasileiro em missões de paz caracteriza-se como um importante recurso da política externa brasileira. Além de apresentar o cumprimento das obrigações do País em nível mundial, colabora no estreitamento das relações com países de interesse particular com as relações internacionais do Brasil, bem como planeja a Força Terrestre, sendo favorável no cenário interno e externo, conquistando ganhos significativos. (LESSA, 2007).

Conforme é descrito no trabalho de Cruz (2010), em 2004, o Secretário-Geral recomendou a criação de uma operação de estabilização multidimensional, a ser conhecida como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH. O Brasil foi convidado a assumir o Comando do Componente Militar da Missão e, desde então, a função de *Force Commander* (comandante militar) vem sendo desempenhada por um oficial-general do Exército brasileiro. Em resposta à consulta da ONU para emprego de tropas brasileiras no Haiti, o Exército também posicionou-se favoravelmente, enviando uma brigada de força de paz – Brigada Haiti, com estrutura flexível, capaz de acomodar outras subunidades estrangeiras.

Em maio de 2005, com o 3º Contingente, o perfil da tropa brasileira foi alterado, sendo a Brigada Haiti substituída por um Batalhão de Infantaria de Força de Paz, também chamado de BRABATT, com um efetivo de mil e cinquenta militares (CRUZ, 2010).

Figura 3 – Brabatt



Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO (2019)

Após o terremoto de 12 janeiro de 2010, o Conselho de Segurança da ONU, por meio da Resolução 1908, de 19 de janeiro de 2010, aumentou o efetivo da MINUSTAH para apoiar o imediato restabelecimento, a reconstrução e os esforços para alcançar a estabilidade. Assim, o Congresso Nacional aprovou o envio de mais 1300 militares brasileiros, sendo 900 enviados imediatamente. Este efetivo compunha o BRABAT 2 e sua missão era atuar na segurança, na distribuição de água e alimentos, no atendimento a feridos e desabrigados e na reconstrução da infraestrutura. (CRUZ, 2010).

Os Batalhões de infantaria de Força de Paz no Haiti estavam localizados no conglomerado de instalações militares da ONU, conhecido como Campo Charlie, divididos em dois BRABAT (*Brazilain Batalion*).

Em 31 de setembro de 2017 foi encerrada, definitivamente, a presença brasileira na MINUSTAH, passando a segurança do país à polícia haitiana.

4.2.2 O Haiti após a retirada da Minustah

Fett (2013) afirma que se as forças de paz são boas em acabar com a guerra, é crucial bem saber conduzir o cessar-fogo ou outros assentamentos temporários, que são condições importantes para se chegar a acordos de paz. Greig e Diehl (2005) apontam que a manutenção da paz e a construção da paz são ferramentas inter-relacionadas de resolução de conflitos. A manutenção bem-sucedida da paz não deve apenas encurtar as guerras, mas também possibilitar e fortalecer os processos de paz.

Os mesmos autores alertam que a manutenção da paz está negativamente associada à probabilidade de negociações ou mediação; também aludem à diminuição das chances de liquidação, quando tais processos são realizados. Assim, embora a manutenção da paz possa interromper ou limitar as hostilidades, ela tem fortes externalidades negativas na construção da paz e, portanto, na resolução a longo prazo do conflito. Os autores referem-se a isso como o dilema da manutenção da paz - pacificação.

Outro, e talvez mais óbvio, resultado para o sucesso a curto prazo é diminuir a intensidade do conflito. Em uma das primeiras análises da eficácia da manutenção da paz, Fett (2013) avalia o sucesso da manutenção da paz com base na presença de guerra civil. Usando uma amostra global de todas as guerras civis de 1960 a

1999, ele explora se as características da missão ou conflito têm diferentes impactos marginais na guerra. No entanto, o desenho de pesquisa usado nesta análise, de acordo com muitos outros, não aborda o problema de atribuições não aleatórias para missões de manutenção da paz.

A contenção geográfica é outro critério usado para julgar se as missões de paz funcionam. Beardsley (2011) ilustra como a presença de mantenedores da paz reduz o risco de surgimento de conflitos nos estados vizinhos. Este efeito de contenção também existe dentro dos países. De fato, o autor argumenta que a manutenção da paz restringe a difusão da violência durante as guerras civis. Em sua análise ele avalia até que ponto os mantenedores da paz conseguem conter e encolher áreas de conflito.

Os argumentos teóricos apresentados para explicar a eficácia de uma missão de paz dependem da ideia de que a manutenção da paz aumenta o custo do combate. Fett (2013) propõe um modelo simples no qual os resultados da construção da paz são uma função de três fatores: o nível de hostilidade prevalente no início do processo de paz; as capacidades locais de reconstrução e desenvolvimento, e as capacidades internacionais para a construção da paz, principalmente operações completas de paz da ONU. A eficácia da manutenção da paz parece funcionar, principalmente, através de três mecanismos: dissuasão, compromisso e informação.

Greig e Diehl (2005) chamam atenção para o fato de que, primeiro, a dissuasão da manutenção da paz ajuda a evitar que os conflitos se espalhem por áreas não combatentes, reduzindo e limitando a violência. Em segundo lugar, porque o cessar-fogo oferece oportunidades para que o governo e as autoridades rebeldes aumentem seu poder de barganha; a presença local de forças de paz é importante porque compromete os líderes a seguir regras previamente acordadas, incluindo a interdição de combatentes de áreas civis. Em terceiro lugar, os fluxos de informação podem ser cruciais, pois os líderes do governo e dos rebeldes frequentemente não têm informações sobre sua força relativa. Ao fornecer tais informações, os mantenedores da paz podem ajudar no processo de paz. Além disso, os mantenedores da paz obtêm informações vitais através de suas interações frequentes com os habitantes locais, o que permite uma proteção mais proativa dos civis.

Além de elaborar o argumento informacional, o monitoramento é um mecanismo comumente proposto para a eficácia. As forças de manutenção da paz observam e relatam o comportamento das partes e os processos de conflito. Assim, a presença dos mantenedores da paz pode estimular a cooperação reduzindo a incerteza e contendo a deserção, particularmente nas áreas onde o pessoal da ONU está estacionado. Coletar informações através do monitoramento também tem efeitos indiretos no custo-benefício da violência: reduz as chances de ataques surpresa e aumenta o custo do estado de reprimir fortemente os rebeldes (GREIG; DIEHL, 2005).

A manutenção da paz pode reduzir conflitos e impedir guerras sem criar condições que reduzam o risco de recorrência. A exclusão política e econômica de alguns grupos, como grupos étnicos, mostrou gerar desigualdades horizontais e, assim, aumentar as chances de mobilização violenta. Estabelecer a paz através de assentamentos negociados sem remover as condições que permitem a guerra civil não pode razoavelmente produzir uma paz duradoura.

As forças de manutenção da paz da ONU são obrigadas a ajudar os governos na construção de novas instituições e na reforma das existentes. De fato, conduzir a transição democrática é um dos critérios para o sucesso da construção da paz, mas a transição democrática não equivale a sociedades mais igualitárias. Permanece desconhecido se as mudanças na pontuação da política são devidas a melhorias na democracia processual ou em índices de inclusão (GREIG; DIEHL, 2005).

A missão de paz das Nações Unidas no Haiti, conhecida como MINUSTAH, foi concluída em 15 de outubro de 2017 (vide gráfico expositivo no ANEXO 2: O FIM DA MINUSTAH), substituída por um grupo menor de policiais e oficiais civis que ajudarão o governo a fortalecer o Estado de Direito e a segurança no país caribenho.

A saída dos mais de 2.300 soldados da paz foi aprovada pelo Conselho de Segurança, que decidiu, em abril de 2017, que a missão precisaria mudar à medida que a situação política do país mudava.

Durante seus 13 anos, as forças de paz da MINUSTAH salvaram dezenas de milhares de vidas e ajudaram o país a reconstruir-se, inclusive de um terremoto que matou mais de 250.000 pessoas e ceifou a vida de 102 funcionários da ONU – a maior perda de vidas da ONU na História.

O Conselho de Segurança visitou o Haiti, mais recentemente, em junho de 2018. Durante a visita, o Conselho reafirmou seu compromisso com o governo e o povo do Haiti e em contribuir para a estabilidade e o desenvolvimento da nação. Então, os membros do Conselho de Segurança se reuniram com o ministro interino das Relações Exteriores do Haiti, Aviol Fleurant e outros funcionários do governo.

O Conselho estendeu o mandato da MINUSTAH em abril de 2017 para um período final de seis meses, decidindo substituí-lo por uma missão de manutenção da paz menor que se concentraria em ajudar a fortalecer o Estado de Direito no Haiti.

Entre os esforços contínuos da ONU no Haiti está a luta contra a cólera. Em dezembro de 2016, o então Secretário-Geral Ban Ki-moon apresentou uma “Nova Abordagem à Cólera no Haiti” para demonstrar o compromisso da Organização em eliminar a doença. Ele também pediu desculpas ao povo haitiano, afirmando que a ONU não havia feito o suficiente com relação ao surto de cólera de 2010 e sua subsequente disseminação.

Antes do fechamento da MINUSTAH em 15 de outubro de 2017, a Representante Especial da Secretária Geral e Chefe de Missão, Sandra Honoré, inspecionou pela última vez a Unidade de Polícia Formada em Bangladesh (FPU), servindo com a Missão. A força passou mais de sete anos no Haiti.

A Representante Especial Sandra Honoré cumprimentou o Presidente do Haiti, Jovenel Moise, em uma cerimônia especial marcando o fechamento da MINUSTAH. Uma nova Missão da ONU, agora para o “Apoio à Justiça no Haiti”, (MINUJUSTH) começou no dia 16 de outubro de 2017. Ajudará o Haiti a fortalecer as instituições do Estado de Direito e a melhorar os direitos humanos.

Em 3 de abril de 2018 o Conselho realizou seu debate regular sobre o Haiti, com uma apresentação do subsecretário-geral para as operações de manutenção da paz, Jean-Pierre Lacroix. Ele apresentou ao Conselho as principais conclusões do relatório sobre a mais recente avaliação estratégica da MINUJUSTH, que também incluiu os 11 marcos de referência para a estratégia de saída e uma transição para uma presença da ONU não-de manutenção da paz no Haiti. Em suas declarações, a maioria dos membros do Conselho reconheceu o progresso feito nos últimos anos. No entanto, também houve ênfase na importância de reformar o setor de justiça, fortalecer o estado de direito e melhorar os direitos humanos. Em 10 de abril, o Conselho adotou a resolução 2410, que prorrogou o mandato do

MINUJUSTH por mais um ano, no âmbito do Capítulo VII, e estabeleceu um cronograma para o levantamento gradual de unidades policiais formadas. A resolução delineou requisitos abrangentes de informação sobre a implementação da resolução, incluindo avaliações de progresso sobre a estratégia de levantamento e saída. A China e a Rússia se abstiveram durante a votação e expressaram sua preocupação com a designação do mandato da missão sob o Capítulo VII, observando que a situação no Haiti não representa, no momento, uma ameaça à paz e segurança internacionais.

Em 12 de julho de 2018, os membros do Conselho divulgaram um comunicado de imprensa que condenou a recente violência no Haiti, que resultou em várias mortes. Eles conclamaram todas as partes a exercer moderação e enfatizaram a importância de respeitar o estado de direito e a ordem democrática.

Em 6 de setembro de 2018, o Secretário-Geral Adjunto para as Operações de Manutenção da Paz, Bintou Keita, informou o Conselho sobre o mais recente relatório do Secretário-Geral sobre a MINUJUSTH. Keita descreveu o progresso em direção a 11 pontos de referência para a transição para uma presença da ONU não de manutenção da paz no país. Os membros do Conselho também notaram que os violentos protestos de julho no Haiti demonstraram a volatilidade da situação socioeconômica.

Em 12 de dezembro de 2018, a Representante Especial da Secretária Geral Helen La Lime informou o Conselho sobre os recentes desenvolvimentos e o último relatório do MINUJUSTH. Embora registrando um progresso lento no sentido de atingir os parâmetros de referência e a recente crise política, salientou o impacto positivo que a missão teve no reforço das instituições do Estado de direito e na promoção dos direitos humanos. Ela também observou que os parâmetros de referência para a transição não serão alcançados até outubro de 2019, conforme planejado, e que ainda há opções para reconfigurar a presença da ONU no país. Os membros do Conselho expressaram preocupação com a recente instabilidade política e os protestos violentos e conclamaram o governo a intensificar seus esforços para atingir metas de referência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento de que muitas sociedades vulneráveis recaem na violência no rescaldo da retirada das operações de manutenção da paz sublinhou o imperativo de desenvolver estratégias de saída sustentáveis. A estabilização surgiu, portanto, como um possível meio para promover a segurança a curto prazo, evitando a responsabilidade política e crises complexas, mas o significado do termo e suas consequências permanecem incontroversos.

O Brasil chegou a termos com as realidades instáveis do rescaldo da Guerra Fria, em que a interligação entre desenvolvimento e segurança é evidenciada pela necessidade de gerar eletricidade, melhorar a infraestrutura e estabelecer sistemas legais transparentes para atrair investidores e fornecer oportunidades de emprego para enfrentar as raízes do conflito. Tendo adquirido o status de uma potência emergente com base em sua estabilidade macroeconômica e na inclusão de milhões na classe média dentro de uma sociedade altamente urbana, o Brasil passou a ter melhores condições de envolver-se em questões de segurança internacional de uma maneira menos preocupada.

A interpretação brasileira de 2011 da interdependência entre segurança e desenvolvimento encontra no Haiti a sua expressão concreta em termos da prestação bem sucedida de uma paz sustentável, ou talvez estabilidade. O slogan do Batalhão Brasileiro "Braços Fortes, Mãos Amigas" sintetiza essa transcendência. A frase ilustra a fundamental construção de um ambiente seguro através do uso real, iminente ou dissuasivo de força.

Agora, claramente, esta não é uma história de progresso ininterrupto. Há muito mais a ser feito, especialmente na proteção dos direitos humanos, empoderamento das mulheres, ampliação do acesso à justiça e, claro, no desenvolvimento de longo prazo.

A análise da trajetória brasileira também indica que não é possível voltar aos padrões anteriores aos da década de 1990 sem altos custos políticos. Os dados evidenciam que, nos últimos 25 anos, e principalmente a partir dos anos 2000, o Brasil alcançou um perfil internacional tão elevado que não pode diminuí-lo drasticamente sem que isso afete a própria dinâmica atual da paz e segurança. Além disso, ficariam frustradas as expectativas individuais e globais sobre as contribuições do Brasil, construídas em larga medida a partir do sucesso de sua

participação em missões de paz ao longo da última década. Como consequência, isso também afetaria a reputação brasileira, bem como a própria projeção de *soft power* por parte do Brasil.

REFERÊNCIAS

BEARDSLEY, K. **The UN at the peacemaking-peacebuilding nexus**. Disponível em: <www.journals.sagepub.com/doi/10.1177/0738894213491354>. Acesso em: 24 set. 2018.

Brasil e as operações de paz. **Itamaraty**. 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>>. Acesso em: 01 jun. de 2019

BRASIL. **Manual de Operações de Paz**. 2. ed. Brasília: EGGCF, 2006.

BRASIL na onu. **Nacoesunidas**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/brasil-na-onu/>>. Acesso em: 01 jun. de 2019.

CAVALCANTI, C. A. M. **Os 10 anos de MINUSTAH E CCOPAB, 2015**. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/biblioteca/BR/exibir-registros.php>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CRUZ, M. V. **A preparação do contingente para integrar Força Internacional de Paz: uma proposta de preparo do contingente do Exército Brasileiro, em missões de paz sob a égide da ONU, com enfoque na Coordenação Civil-Militar (CIMIC)**. 2010. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola Marechal Castelo Branco, Rio de Janeiro.

FETT, P. **As Operações de Manutenção da Paz da ONU: De que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**. Brasília: FUNAG, 2013.

FONTOURA, P. R. C. T. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2005.

GAMA, L. Novos rumos da história militar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 25 abr. 2006.

GREIG, J. M.; DIEHL, P. F. **The peacekeeping-peacemaking dilemma**. Disponível em: <www.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2478.2005.00381.x>. Acesso em: 24 set. 2018.

HAMMAN, E. P. **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. São Paulo: Igarapé, 2015.

_____. **A Força de Uma Trajetória: o Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)**. Instituto Igarapé, 2015. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/09/NE-19_Brasil-e-opera%C3%A7%C3%B5es-de-paz-da-ONU-web.pdf>. Acesso em: 01 jun. de 2019.

LESSA, M. A. G. **A Participação dos Contingentes do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Centro de Formação Acadêmica

e Pesquisa, Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

LISTA das missões de manutenção da paz das Nações Unidas. **Wikipedia**, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_das_missiones_de_manutencao_da_paz_das_Nacoes_Unidas> Acesso em: 01 jun. de 2019.

NUNES, J. R. V. **Treinamento para o Batalhão Brasileiro desdobrado na MINUSTAH: A Consolidação de um Modelo**, 2015. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/biblioteca/BR/exibir-registros.php>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ANEXO 1: HISTÓRICO DAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

A seguir, a relação dessas missões, com o respectivo ano, nome, objetivo e se está em andamento ou não:

- 1948, UN Truce Supervision Organization (UNTSO), autorizada em junho de 1948, foi a primeira missão de manutenção da paz das Nações Unidas, seu objetivo foi monitorar o cessar-fogo árabe-israelense e ainda está em andamento;
- 1949, UN Military Observer Group in India and Pakistan (UNMOGIP), seu objetivo foi monitorar o cessar-fogo entre a Índia e o Paquistão na Caxemira e ainda está em andamento;
- 1956, UN Emergency Force I (Força de Emergência das Nações Unidas) (UNEF I), primeira força de paz armada, seu objetivo foi supervisionar a retirada de tropas durante a Crise de Suez e terminou em junho de 1967;
- 1958, UN Observation Group in Lebanon (UNOGIL), seu objetivo foi prevenir a entrada de tropas e armamentos durante a crise do Líbano e terminou em dezembro de 1958;
- 1960, UN Operation in the Congo (ONUC), seu objetivo foi prevenir intervenção estrangeira e preservar o território do Congo e terminou em junho de 1964;
- 1962, UN Security Force in West New Guinea (West Irian) (UNSF), seu objetivo foi monitorar cessar-fogo durante a transição do domínio dos Países Baixos do Irian Ocidental para o governo indonésio e terminou em abril de 1963;
- 1963, UN Yemen Observation Mission (UNYOM), seu objetivo foi supervisionar o desengajamento da Arábia Saudita e do Egito da guerra civil no Iêmen e terminou em setembro de 1964;
- 1964, UN Peacekeeping Force in Cyprus (UNFICYP), seu objetivo foi prevenir o conflito entre cipriotas gregos e turcos e está em andamento;
- 1965, Mission of the Representative of the Secretary-General in the Dominican Republic (DOMREP), seu objetivo foi monitorar os conflitos provocados por disputas governamentais na República Dominicana e terminou em outubro de 1966;
- 1965, UN India-Pakistan Observation Mission (UNIPOM), seu objetivo foi supervisionar o cessar-fogo entre Índia e Paquistão fora de Kashmir e terminou em março de 1966;

- 1973, UN Emergency Force II (Força de Emergência das Nações Unidas) (UNEF II), seu objetivo foi supervisionar a retirada das forças do Sinai após o conflito entre Egito, Síria e Israel e terminou em julho de 1979;
- 1974, UN Disengagement Observer Force (UNDOF), seu objetivo foi manter o cessar-fogo entre a Síria e Israel nas Colinas de Golã e está em andamento;
- 1978, UN Interim Force in Lebanon (UNIFIL), seu objetivo foi supervisionar a retirada israelita do Líbano, manter a paz e segurança internacional e ajudar ao governo libanês a restaurar sua autoridade, tendo Israel completada a retirada de suas tropas do Líbano;
- 1988 UN Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan (UNGOMAP), seu objetivo foi estabelecer a não-interferência mútua entre Afeganistão e Paquistão e terminou em março de 1990;
- 1988, UN Iran-Iraq Military Observer Group (UNIIMOG), seu objetivo foi supervisionar o cessar-fogo entre o Irã e Iraque e terminou em fevereiro de 1991;
- 1989, UN Angola Verification Mission I (UNAVEM I), seu objetivo foi supervisionar a retirada de tropas cubanas de Angola e terminou em junho de 1991;
- 1989, UN Transition Assistance Group (UNTAG), seu objetivo foi supervisionar as eleições na Namíbia e sua transição para a independência e terminou em março de 1990;
- 1989, UN Observer Group in Central America (ONUCA), seu objetivo foi monitorar o cessar-fogo na Nicarágua e terminou em janeiro de 1992;
- 1991, UN Iraq-Kuwait Observation Mission (UNIKOM), seu objetivo foi impor na fronteira Kuwait-Iraque segurança depois da Guerra do Golfo e terminou em 2003;
- 1991, UN Angola Verification Mission II (UNAVEM II), seu objetivo foi impor cessar-fogo na guerra civil angolana e terminou em fevereiro de 1995;
- 1991, UN Observer Mission in El Salvador (ONUSAL), seu objetivo foi assegurar cessar-fogo na guerra civil de El Salvador e terminou em abril de 1995;
- 1991, UN Mission for the Referendum in Western Sahara (MINURSO), seu objetivo foi implementar o cessar-fogo e ajudar a promover o referendo sobre o futuro da área e está em andamento;
- 1991, UN Advance Mission in Cambodia (UNAMIC), seu objetivo foi preparar o terreno para atuação da UN Transitional Authority no Camboja e terminou em março de 1992;

- 1992, UN Protection Force (UNPROFOR e UNPREDEP), seu objetivo foi proteger a área da Croácia, Bósnia e Herzegovina e Macedônia (atual Macedônia do Norte) e foi reestruturado em dezembro de 1995;
- 1992, UN Transitional Authority in Cambodia (UNTAC), seu objetivo foi a assistência à reorganização do Camboja e terminou em setembro de 1993;
- 1992, UN Operation in Somalia I (UNOSOM I), seu objetivo foi assegurar o cessar-fogo, foi reorganizada como Unified Task Force (UNITAF) e substituída em março de 1993 pela UNOSOM II;
- 1992, UN Operation in Mozambique (ONUMOZ), seu objetivo foi monitorar cessar-fogo na Guerra Civil de Moçambique e terminou em dezembro de 1994;
- 1993, UN Operation in Somalia II (UNOSOM II), seu objetivo foi estabilizar a Somália e apoiar os esforços de assistência humanitária e terminou em março de 1995;
- 1993, UN Observer Mission Uganda-Rwanda (UNOMUR), seu objetivo foi assegurar o cessar-fogo entre Ruanda e o grupo rebelde baseado em Uganda e terminou em setembro de 1994;
- 1993, UN Observer Mission in Georgia (UNOMIG), seu objetivo foi impor cessar-fogo entre Geórgia e separatistas da Abecásia e está em andamento;
- 1993, UN Observer Mission in Liberia (UNOMIL), seu objetivo foi monitorar cessar-fogo e eleições na Libéria e terminou em setembro de 1997;
- 1993 UN Mission in Haiti (UNMIH), seu objetivo foi estabilizar o Haiti depois de golpe de estado e terminou em junho de 1996;
- 1993, UN Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR), seu objetivo foi monitorar cessar-fogo e, após o genocídio de Ruanda, promover assistência humanitária e terminou em março de 1996;
- 1994, UN Aouzou Strip Observer Group (UNASOG), seu objetivo foi monitorar a retirada da Líbia dos territórios disputados, atribuídos pela Corte Internacional de Justiça ao Chade e terminou em junho de 1994;
- 1994, UN Mission of Observers in Tajikistan (UNMOT), seu objetivo foi monitorar o cessar-fogo na guerra civil do Tadjiquistão e terminou em maio de 2000;
- 1995, UN Angola Verification Mission III (UNAVEM III), seu objetivo foi monitorar cessar-fogo e desarmamento e terminou em junho de 1997, mas continua a missão de acompanhamento MONUA;

- 1995, UN Confidence Restoration Operation in Croatia (UNCRO), seu objetivo foi tentar implementar o cessar-fogo e terminou em janeiro de 1996;
- 1995 UN Preventive Deployment Force (UNPREDEP), seu objetivo foi substituir a UNPROFOR na Macedônia (atual Macedônia do Norte) e monitorar a fronteira com a Albânia, e terminou em fevereiro de 1999;
- 1995, UN Mission in Bosnia and Herzegovina (UNMIBH), seu objetivo foi monitorar direitos humanos, retirada de minas, ajuda humanitária e terminou em 31 de dezembro de 2002;
- 1996, UN Transitional Administration for Eastern Slavonia, Baranja, and Western Sirmium (UNTAES), seu objetivo foi supervisionar a integração da região à Croácia e terminou em janeiro de 1998;
- 1996, UN Mission of Observers in Prevlaka (UNMOP), seu objetivo foi monitorar a desmilitarização da península de Prevlaka, Croácia e terminou em dezembro de 2002;
- 1996, UN Support Mission in Haiti (UNSMIH), seu objetivo foi modernizar a polícia e o exército do Haiti e terminou em julho de 1997;
- 1997, UN Verification Mission in Guatemala (MINUGUA), seu objetivo foi monitorar cessar-fogo na guerra civil da Guatemala e terminou em maio de 1997;
- 1997, UN Observer Mission in Angola (MONUA), seu objetivo foi monitorar cessar-fogo e desarmamento e terminou em fevereiro de 1999;
- 1997, UN Transition Mission in Haiti (UNTMIH), seu objetivo foi ajudar a estabilizar o Haiti e terminou em novembro de 1997;
- 1997, UN Civilian Police Mission in Haiti (MIPONUH), seu objetivo foi modernizar as forças policiais do Haiti e terminou em março de 2000;
- 1998, UN Civilian Police Support Group (UNPSG), seu objetivo foi monitorar a polícia croata e terminou em outubro de 1998;
- 1998, UN Mission in the Central African Republic (MINURCA), seu objetivo foi manutenção da segurança e da estabilidade na República Centro-Africana e terminou em fevereiro de 2000;
- 1998 UN Observer Mission in Sierra Leone (UNOMSIL), seu objetivo foi monitorar desarmamento e desmobilização na Serra Leoa e terminou em outubro de 1999;
- 1999, UN Interim Administration Mission in Kosovo (UNMIK), seu objetivo foi exercer autoridade administrativa, incluindo administração da justiça no Kosovo e está em andamento;

- 1999 UN Mission in Sierra Leone (UNAMSIL), seu objetivo foi ajudar a estabilizar e desarmar a Serra Leoa e está em andamento;
- 1999, Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste (UNTAET), seu objetivo foi transição de Timor-Leste para a independência e terminou em maio de 2002;
- 1999, UN Organization Mission in Democratic Republic of the Congo (MONUC), seu objetivo foi monitorar o cessar-fogo na República Democrática do Congo e está em andamento;
- 2000, Missão ONU na Etiópia e Eritreia (UNMEE), seu objetivo foi o cessar-fogo entre Etiópia e Eritreia e terminou em 2008;
- 2002, Missão das Nações Unidas de Suporte ao Timor-Leste (UNMISSET), seu objetivo foi garantir a segurança e estabilizar o nascente estado do Timor-Leste, durante o período pós-independência e terminou em 20 de maio de 2005;
- 2003, Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), seu objetivo foi de cessar-fogo e treinar a polícia nacional e está em andamento;
- 2004, Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI), seu objetivo foi facilitar a instauração de um processo de paz e está em andamento;
- 2004, Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), seu objetivo foi estabilizar o Haiti e terminou em 2017;
- 2004, Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB), seu objetivo foi ajudar a implementar os acordos de Arusha e terminou em 2007;
- 2005, Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), seu objetivo foi apoiar a implementação de um tratado de paz, contribuir na assistência humanitária e proteger os direitos humanos e está em andamento.

ANEXO 2 – O FIM DA MINUSTAH



Fonte: Ministério da Defesa